

UM ARCEBISPO JACOBEU NA BAHIA COLONIAL? D. LUÍS ÁLVARES DE FIGUEIREDO (1670-1735): CARREIRA, REDES E AÇÃO EPISCOPAL*

ELLEN CRISTINA MARQUES LUZ**

ÉCOLE DES HAUTES ÉTUDES EN SCIENCES SOCIALES

ellenmarques20@gmail.com

RESUMO: O presente artigo visa investigar a formação, a carreira e a atuação do sexto arcebispo da Bahia, D. Luís Álvares de Figueiredo, dando particular atenção aos indícios que nos permitem afiançar a aliança deste antístite ao movimento rigorista de reforma religiosa conhecido como Jacobeia. Para isto buscamos analisar a rede clientelar na qual este religioso esteve integrado, assim como o seu estilo de vida e a possível influência que a piedade jacobea exercera na sua atuação frente ao arcebispado da Bahia, entre os anos de 1725 e 1735.

PALAVRAS-CHAVE: D. Luís Álvares de Figueiredo; Jacobeia; Arcebispado da Bahia.

ABSTRACT: This article analyzes the education, the career and the action of the sixth archbishop of Bahia, Luís Alves de Figueiredo, highlighting those indications that allow us to consider his belonging to the Jacobeia, a Catholic rigorist movement that sought religious reformation. In order to achieve that goal, we will look closely to the clientele network in which he was involved, but also to his own lifestyle and to the possible influence of the Jacobeia's piety in his actuation at the head of the archbishopric of Bahia, between 1725 and 1735.

KEY-WORDS: D. Luís Alves de Figueiredo; *Jacobeia*; Archbishopric of Bahia.

*Este artigo foi preparado no contexto do projeto PTDC/HAR-HIS/28719/2017, intitulado Religião, administração e justiça eclesial na Império português (1514-1750) – ReligionAJE, aprovado no âmbito do concurso para financiamento de projetos de investigação científica e desenvolvimento tecnológico em todos os domínios científicos – 2017 (H2020 e FCT) e do projeto intitulado Disciplinando almas, disciplinando a sociedade: o cristianismo no império português financiado pelo CNPq. Saliento que uma versão prévia deste artigo foi apresentada na conferência internacional: O governo dos bispos nas dioceses do Império ultramarino português, da Ásia à América, 1514-1750. Nesta, e em outras ocasiões, pude contar com os interessantíssimos comentários dos professores José Pedro Paiva, Everton Sales Souza e Ediana Mendes e dos colegas Matilde Santos, António Ribeiro e Laís Barreto. Aproveito, portanto, para agradecer-las.

** Doctorante contractuelle du Labex HASTEC. Membre du Centre d'études en Sciences Sociales du religieux.

Introdução

Bem o mostravam as suas escadas sempre povoadas de pobres, uns subindo, e outros descendo, como Anjos, que subiam e desciam por aquela escada, que viu Jacob. Jacob ficou assombrado com este prodígio, e o nosso ilustríssimo Arcebispo também assombrado com o que lhe sucedeu no ano de vinte, e oito com os seus pobres, ou com os seus Anjos, como ele os chamava¹.

O excerto citado foi extraído da oração fúnebre escrita em 1735 por João Honorato, membro da Companhia de Jesus e prefeito dos Gerais do Colégio da Bahia, quando das exéquias do arcebispo D. Luís Álvares de Figueiredo. Ao longo de seu texto, o panegirista buscou acentuar a suposta liberalidade com a qual D. Luís acolhia aos pobres de seu arcebispado, acudindo às suas necessidades espirituais e distribuindo-lhes grossas esmolos. No entanto, da leitura do relato de Honorato, o que salta mais imediatamente aos olhos do estudioso da história religiosa do Portugal moderno é a referência feita à visão da escada de Jacob, passagem do livro de Gênesis-28. Não porque sejam raras as referências às passagens bíblicas em textos dessa natureza. Porém, dada a conjuntura em que foi escrita a oração, custa-nos acreditar que a alusão ao sonho do patriarca israelita tenha sido um simples recurso de estilo ou de oratória.

Na altura da morte de D. Luís Álvares de Figueiredo, o movimento de reforma espiritual que passou para a história com o nome de jacobea já havia alcançado um amplo desenvolvimento, tanto dentro quanto fora dos conventos do reino, sendo comum, já nesse período, a associação dos vocábulos “jacobeu” e “jacobea” à Jacob e ao seu sonho em Betel. Um exemplo desta associação etimológica se encontra no *Suplemento ao vocabulário português e latino* da autoria de D. Raphael Bluteau (1638-1734). Finalizado por volta de 1722, nele se lê que em certo convento da cidade de Lisboa, os jacobeus costumavam se juntar numa escada na qual realizavam “seus colóquios, e conferências espirituais”, e que, por esta razão, “lhe chamaram *Escada de Jacob*, como imitação daquela, por onde subiam, e desciam anjos”². Para António Ribeiro, a associação entre a jacobea e a escada mística de Jacob antecede, em muito, o *Suplemento* do padre

¹ HONORATO, João – *Oração fúnebre nas exéquias do illustríssimo, e reverendíssimo D. Luiz Alvares de Figueiredo arcebispo metropolitano da Bahia celebradas na Cathedral da mesma cidade ao primeiro de outubro de 1735*. Lisboa : Na officina de António Isidoro da Fonseca, 1737, p.5.

² BLUTEAU, Rafael – *Suplemento ao vocabulário português, e latino, que acabou de sabir à luz, anno de 1721. Dividido em oito volumes, dedicados ao magnifico rei de Portugal D. João V, Parte primeira*. Lisboa: Na officina de Joseph António da Sylva, 1727, p.504.

teatino. Ela dataria dos princípios do movimento, provindo desse episódio bíblico a sua designação³.

Encontramos ideia distinta na *Epítome da vida do venerável servo de Deus o Doutor Fr. Francisco da Anunciação*⁴. A autoria deste documento, considerado a “melhor e mais fiável fonte sobre os primórdios da jacobea”⁵, é atribuída a Fr. Manuel Figueiredo, eremita de Santo Agostinho do Colégio da Graça de Lisboa, que o teria composto no ano de 1748. No seu manuscrito, Fr. Manuel afirma que D. Raphael Bluteau misturou “verdades com falsidades” ao tentar definir a derivação do “verbo jacobeu”. Bluteau teria se enganado ao pôr, no étimo deste termo, “uma escada de um convento de Lisboa em que se ajuntavam certos religiosos a tratar coisas espirituais à qual por alusão à escada de Jacob, chamavam, os que por ali passavam, Jacobeia, e aos assistentes Jacobeus”. Enganou-se, “porque não em Lisboa senão em Coimbra nasceu este nome”. Mas, igualmente, por não haver, entre os primeiros adeptos da jacobea, o mínimo propósito de reportarem-se à visão da dita escada mística. Fr. Manuel nos conta, mais precisamente, que havia:

[...] no nosso Colégio de Braga hum sítio solitário no qual costumava só muitas vezes passear um Mestre chamado Fr. Jerônimo de São Tiago, cujo sobrenome é o mesmo, que S. Jacobo, e por o dito sujeito Jacobo apropriar a si o tal sítio por galanteria, lhe chamava jacobeia. [...] Andando [no colégio da Graça de Coimbra]o religioso há pouco referido [um sacristão do mesmo colégio] com resoluções grandes de se dar a Deus e entregar ao Mestre Anunciação [Fr. Francisco da Anunciação], outro religioso gravíssimo ainda que moço substituto das Artes, se lhe afeiçãoou com extremo, e vendo que ele passeava em um ângulo junto ao Coro ali o ia buscar, e passear com ele horas e horas cada dia e notou-se muito na casa a comunicação tão estreita entre pessoas tão desiguais [...] Fizeram queixa deste trato ao Mestre Anunciação para que o evitasse; pois ambos os dois o tinham por diretor; Respondeu ele que os deixassem e que a conversação não tinha maus vícios; mas sempre dizia a alguns = tomara eu ali outra terceira pessoa = Deus lha deu; porque acabando um religioso os exercícios de santo Inácio com que se preparava para a Missa no dia do Espírito

³ RIBEIRO, António – *O império da vontade e a raiz cristã da des cristianização*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017, p. 296.

⁴ Biblioteca Pública de Évora (BPE), *Epítome do Venerável Servo de Deus o Doutor Francisco da Anunciação*, Cód. CIV. 1-46. Agradecemos ao professor Evergton Sales Souza pela disponibilização deste documento.

⁵ SOUZA, Evergton Sales – *Mística e moral no Portugal do século XVIII. Achegas para a história dos jacobeus*. In BELLINI, Lígia ; SAMPAIO, Gabriela dos Reis e SOUZA, Evergton Sales (org.) - *Formas de crer: ensaios de história religiosa do mundo luso-afro-brasileiro, séculos XIV-XXI*. Salvador: EDUFBA/Ed. Corrupio, 2006, p.109.

Santo, nesse dia se confessou geralmente o Artista, e comungou na dita missa; e sem mais invite, se juntaram todos três no dito sítio, coligados em Deus e unidos nos intentos. Sem saber o que faziam davam conta da Consciência todos três. Liam lição espiritual depois de jantar larga e difusa, cada um por sua vez; e à noite depois da ceia se juntavam no dito sítio a falar de Deus e contar cada um o que lera de tarde. Enfim ajustaram uma vida santa e devota sem intervir nisto o Diretor [Fr. Francisco], o qual admirado do que via os governava de fora; falando com cada um em particular; mas não se ajuntando por então aos três. Com a ocasião do sítio retirado, semelhante ao de Braga chamado Jacobeia, lhe puseram o mesmo nome; e entre si se chamavam Jacobeus, nome que começando por graça pegou de sorte no colégio, que ficou fixo, e permanente e dali resultou para fora com tal firmeza, que a todo aquele que abraçava a vida espiritual, religioso ou secular, ou secular de todos os estados sem remédio algum se lhe dava o nome de Jacobeu e eles o aceitavam com tanto agrado [...]»⁶

Da narração de Fr. Manuel se pode concluir, portanto, que o nome jacobeia, fazendo referência ao sítio no Colégio de Braga, alude ao local onde o primeiro núcleo do movimento se reunia para as suas conversações e exercícios espirituais no Colégio da Graça de Coimbra. Cerca de dois meses e meio depois do início destas reuniões, Fr. Francisco da Anunciação veio a se juntar aos três primeiros jacobeus, passando a governá-los de dentro⁷. E, assim, o movimento religioso ganhou forma entre o desenlace de 1707 e limiares do ano seguinte.

A legitimação dos vocábulos “jacobeu” e “jacobeia” deveu-se tanto a adeptos quanto a críticos (ainda que lhes atribuísem significados distintos) e, com o passar do tempo, a origem descrita por Fr. Manuel foi se perdendo, tornando-se recorrente a alusão:

[...] ao nome e vida de Jacob, principalmente ao episódio do referido sonho, que entre os místicos, incluindo os nossos varões jacobeus, simbolizava a oração, a atitude dinâmica das potências da alma na contemplação e, em geral, a tendência ou caminhada do homem para os cumes da perfeição»⁸.

⁶ BPE, *Epítome do Venerável Servo de Deus o Doutor Francisco da Anunciação*, Cód. CIV. 1-46.

⁷ Idem.

⁸ SILVA, Fr. António Pereira – *A questão do sigilismo em Portugal no século XVIII – História, Religião e política nos reinados de D. João V e D. José I*. Braga: Tip. Editorial Franciscana, 1964, p. 66-67.

De igual modo, a vinculação entre a peregrinação e sonho de Jacob e a trajetória de alguns personagens adeptos ou simpáticos ao movimento da jacobea surgiu com cada vez mais frequência, nomeadamente entre os prelados diocesanos. A título de exemplo, na ocasião da morte do bispo do Rio de Janeiro, o jacobeu D. Fr. Antônio de Guadalupe, em 1740, o pregador Fr. Antônio da Piedade, em sua derradeira homenagem, “transfigurou o prelado em Jacob”⁹. O mesmo se deu, como vimos, nas exéquias do sexto arcebispo da Bahia, D. Luís de Álvares de Figueiredo. E, neste contexto, não podemos considerar este indício como um mero pormenor.

Sendo assim, este artigo se propõe, como objetivo geral, apresentar a trajetória de uma personagem ainda pouco estudada pelos historiadores preocupados com a história religiosa de Portugal e de seu império, assim como acrescentar algum conhecimento acerca do funcionamento da arquidiocese de São Salvador da Bahia no período moderno. Como objetivos específicos, ele busca responder às seguintes questões: D. Luís Álvares de Figueiredo foi um religioso jacobeu? Ele compartilhou da visão do mundo e dos princípios associados à jacobea? Esteve inserido nas redes que a compunham? Se sim, a piedade jacobea exerceu alguma influência na sua atuação enquanto antístite?

D. Luís Álvares de Figueiredo: formação e carreira

De acordo com o processo de inquirição de *genere* datado de 1690¹⁰, D. Luís Álvares de Figueiredo, filho de Manuel Álvares de Carvalho e de Francisca Antunes, nasceu na freguesia de São Martinho de Mateus, no concelho de Vila Real, arcebispado de Braga, e foi batizado na dita freguesia aos 8 dias do mês de outubro de 1670. No que tange à sua formação, D. Luís desenvolveu seus estudos de primeiras letras e de Filosofia em Braga, no Colégio de Jesus. Ao ingressar nos cursos superiores, começou por frequentar as lições de *Instituta*, que constituíam, grosso modo, numa formação preparatória para aqueles que pretendiam cursar Leis na Universidade de Coimbra. Para além do bacharelado em Leis, que obteve no ano de 1695, licenciou-se em Cânones pela mesma universidade, graças à mercê régia que aprovou, em 1697, a sua mudança de curso¹¹.

⁹ SOUZA, Evergton Sales – *D. Fr. Antônio de Guadalupe, um bispo jacobeu no Rio de Janeiro (1725-1740)*, « Revista Via Spiritus », vol. 22 (2015), p. 165. Disponível em <<http://ojs.letras.up.pt/index.php/vsp/article/view/3712>>. [Consulta Realizada em 04/01/2018].

¹⁰ Arquivo Distrital de Braga (ADB) – *Mitra Arqueiepiscopal de Braga*, Inquirições de Genere, Inquirição de Genere de Luís Álvares de Figueiredo, cota. A-269.

¹¹ MENDES, Ediana Ferreira – *Da Universidade de Coimbra ao Brasil: os bispos da Bahia, de Olinda e do Rio de Janeiro (1676 – ca. 1773)*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2019. Tese de

Após a conclusão do seu percurso acadêmico, D. Luís exerceu múltiplas funções, tendo uma longa carreira de serviços prestados no arcebispado de Braga. Foi vigário-geral de Torre de Moncorvo. Foi também desembargador, vigário-geral e provisor¹² do arcebispado de Braga, além de juiz dos casamentos e dos resíduos, e presidente da Relação Eclesiástica. Exerceu, por vezes, o papel de visitador e foi abade de S. Miguel de Entre-ambos-os-Rios. Em 1715, D. Luís Álvares de Figueiredo viria ainda a se habilitar ao Santo Ofício. Juntem-se a esta lista, já extensa, os cargos de reitor do Seminário de São Pedro e de bispo coadjutor do arcebispado de Braga. Sem dúvida, D. Luís alcançou esta última posição em virtude dos méritos que conquistou ao desenvolver diversas atividades em cargos de importância e de confiança. Porém, a relação próxima que estabelecera com o arcebispo bracarense, D. Rodrigo de Moura Teles (1704-1728)¹³, foi fator igualmente crucial para essa promoção. Tal se pode deduzir a partir da correspondência do arcebispo da Sé Primaz das Espanhas, na qual se lê:

*Nas cartas do correio desta semana nos fez aviso o secretário de estado que aprovara a eleição El rei meu senhor que fizemos do [nosso] coadjutor na pessoa do reverendíssimo Dr. Luís Álvares de Figueiredo, notícia que participamos a Vossa Senhoria como faremos de tudo o que nos tocar; Desse 5 de fevereiro de 1716.
Arcebispo Primaz¹⁴*

No mesmo mês de fevereiro de 1716, o monarca D. João V comunicou ao Cabido de Braga a escolha de D. Luís como bispo coadjutor, ao que sucedeu a sua confirmação pelo papa Clemente XI (1700-1721). A sua sagração no Convento da Graça de Lisboa, em novembro do mesmo ano, veio pelas mãos do então bispo do Porto, D. Tomás de Almeida. Na cerimônia, D. Tomás – futuro patriarca de Lisboa – foi assistido por D. Fr. José de Oliveira, bispo de Angola, e por D. Manuel da Silva, bispo titular de Tagaste¹⁵. A partir de então, D. Luís exerceu a função de bispo coadjutor do arcebispado de Braga com o título de

doutoramento, p. 485.

¹² ADB – *Mitra Arquiepiscopal de Braga*, Registro Geral, Provisão do lugar de provisor a favor do Exmo. Senhor D. Luís Alves de Figueiredo, cota. A – 56 – 108v.

¹³ *Collecçam dos documentos, e memorias da academia real da Historia Portugueza, ordenada pelo Marquez de Alegrete Manoel Telles da Sylva secretario da mesma academia*. Lisboa Ocidental: Na Oficina de Pascoal da Sylva, 1725, p. 179.

¹⁴ ADB, *Livro das cartas*, n.7, carta 124.

¹⁵ ANTUNES, Manuel Engrácia – *Caligrafia, ilustração e Cerimonial de Pontifical na obra de um Abade Beneditino do séc. XVIII*, « CEPESSE: CENTRO DE ESTUDOS DA POPULAÇÃO, ECONOMIA E SOCIEDADE », (2008), p.115. Disponível em: <<https://www.cepese.pt/portal/pt/publicacoes/obras/artistas-e-artifices-no-mundo-de-expressao-portuguesa/caligrafia-ilustracao-e-cerimonial-de-pontifical-na-obra-de-um-abade-beneditino-o-sec-xviii>>. [Consulta realizada em 10/09/2019].

Uranópolis, uma antiga diocese já então inexistente¹⁶.

Segundo Manoel Telles da Silva, marquês de Alegrete e secretário da Academia Real da História Portuguesa, durante os nove anos em que serviu como coadjutor, D. Luís exerceu por vezes a função de governador da cidade e do arcebispado de Braga, sempre que D. Rodrigo de Moura Teles saía em visita diocesana¹⁷. Porém, para além das suas funções religiosas e administrativas, D. Luís teve igualmente um papel relevante no que diz respeito à vida cultural do arcebispado bracarense. Exemplo disso: o bispo atuou, entre 1720 e 1725, como correspondente ativo da Academia Real da História, e as cartas que remeteu ao padre Jerônimo Contador Argote (1676-1749) – clérigo teatino, membro da mesma Academia Real e autor das *Memórias para a história eclesiástica do Arcebispado de Braga, primaz das Hespanhas* – constituem boa parte das *Notícias do Arcebispado de Braga*, conjunto de manuscritos da autoria de D. Luís, atualmente conservados na Biblioteca Nacional de Portugal¹⁸.

A crer no que disse o padre Argote, foi com particular cuidado, trabalho e dispêndio que D. Luís deu conta à Academia Real de “copiosas e digestas notícias” a respeito do arcebispado bracarense¹⁹. E, segundo João Honorato, foi com este mesmo afincio que D. Luís se dedicou a todas as outras atividades que assumiu na sede deste arcebispado. Ainda de acordo com Honorato, estas qualidades estariam na base da indignação de D. Luís como arcebispo de Goa. Função que, por razões a nós desconhecidas, acabou por recusar²⁰. Em 1725, porém, foi escolhido pelo rei D. João V para assumir a mitra de São Salvador da Bahia. Desta feita, não pôde desatender à determinação régia e foi preconizado no dia 21 de fevereiro deste ano.

No início do mês de junho de 1725, já em Lisboa, D. Luís solicitou ao rei ajuda de custo para realizar a sua viagem. Tencionava gozar da mesma mercê de seu antecessor, o arcebispo D. Sebastião Monteiro da Vide, ao qual foi concedida a quantia de um conto de réis a serem pagos nos dízimos da cidade

¹⁶ Na *Collecçam dos documentos, e memorias da academia real da Historia Portugueza*, registraram-se três localizações possíveis para a diocese de Uranópolis: “Huma que he Villa de Macedonia ao pé do Monte Athos, outra na Menor em Pamphylia, e outra em Galicia”. *Collecçam dos documentos, e memorias da academia real da Historia Portugueza*, Ob.cit., p.339.

¹⁷Idem, p. 179.

¹⁸ BNP – *Luís Álvares de Figueiredo, Notícias do arcebispado de Braga remetidas pelo Bispo de Uranópolis*, Setor de Reservados, cód. 143 (microfilme F. 2340).

¹⁹ ARGOTE, Jerônimo Contador de – *Memórias para a historia eclesiastica do arcebispado de Braga, primaz das Hespanhas, dedicadas a El Rey D. João V. Nosso Senhor. Approvadas pela Academia Real, escritas pelo padre D. Jeronymo Contador de Argote, Clerigo Regular, Academico da Mesma Academia*. Lisboa Ocidental : Na officina de Joseph António da Silva, impressor da Academia Real, vol.1, 1732, p. XVIII.

²⁰ HONORATO, João – *Oração funebre nas exequias do illustrissimo, e reverendissimo D. Luiz Alvares de Figueiredo*, Ob.cit., p. 13-14.

da Bahia²¹. D. Luís obteve esta e outras mercês. Em 7 de junho deste ano, o rei concedeu-lhe o pagamento de “embarcação todas as vezes que haver de ir visitar as Igrejas de Seu Arcebispado, ou o seu vigário-geral, ou outras quaisquer pessoas, que a eles o dito arcebispo enviar, com mantimentos necessários para a viagem conforme a distância e paragem para onde ficarem as tais visitas”²². Em alvará do dia 9 do mesmo mês, o rei determinou que o ordenado de quatro mil cruzados fosse pago ao arcebispo com “efeito e pontualidade”²³. Nesta mesma data, D. João V permitiu ao arcebispo que, “enquanto das Despesas e Condenações Eclesiásticas se não fizer Aljube, os presos que o merecerem ser pelas culpas da Jurisdição Eclesiástica, sejam recolhidos nas Cadeias públicas”, ficando os carcereiros “obrigados a dar conta deles na forma em que o fazem dos que lhes são entregues pelas justiças seculares”²⁴. Em resolução de 10 de junho, ficou decidido que fosse pago ao prelado, com parte das cômguas vencidas em período de sede vacante, o necessário para a composição de sua casa²⁵. Na mesma data, o rei fez a D. Luís a mercê da superintendência das obras da Sé da Bahia de todos os Santos²⁶. E, finalmente, em resposta ao requerimento do arcebispo, em 14 de junho de 1725, seu meirinho ficou autorizado a portar vara branca, como era, aliás, prática corrente nos bispados ultramarinos²⁷.

Como referido anteriormente, D. Luís Álvares de Figueiredo possuía uma sólida experiência administrativa. E todo o empenho que demonstrou em alcançar estas mercês régias, antes mesmo de embarcar para o seu arcebispado, revela o especial cuidado do prelado em tomar conhecimento da situação geral de sua mitra, de todas as possíveis disfunções e dificuldades que encontraria, provendo-se, o melhor que pôde, do necessário para o bom exercício do seu múnus. Além de refletir a face de um religioso cioso da dignidade de seu cargo.

Munido de todas estas faculdades, D. Luís Álvares de Figueiredo embarcou para o Brasil “na companhia de D. Frei José Fialho, na nau Nossa Senhora de

²¹ Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), *Documentos Manuscritos Avulsos da capitania da Bahia*, Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V sobre o requerimento do Arcebispo da Bahia Luís Álvares de Figueiredo, em que pede ajuda de custo para fazer viagem. Anexo: 3 docs. [1725, Junho, 12, Lisboa] AHU_ACL_CU_005, Cx. 22, D. 1988.

²² AHU, *Documentos Manuscritos Avulsos da capitania da Bahia*, Alvará (cópia) do rei [D. João V] concedendo embarcações ao Arcebispo da Bahia, D. Álvares de Figueiredo todas as vezes que for visitar seu Arcebispado. [1725, Junho, 7, Lisboa] AHU_ACL_CU_005, Cx.22, D. 1966.

²³ AHU, *Coleção dos alvarás, provisões, e mais ordens régias relativas a metrópole da cidade da Bahia e outros bispados do Estado do Brazil extrahidos dos vinte e dois livros do registo das provisões eccleziasticas q se achão no archivo da Junta da Fazenda da mesma cidade da Bahia*, Códice 1276, fl. 57 v.

²⁴ Idem, fl. 144.

²⁵ Idem, fl. 57.

²⁶ Idem, fl. 149.

²⁷ AHU, *Documentos Manuscritos Avulsos da capitania da Bahia*, Requerimento do Arcebispo da Bahia Luís Álvares de Figueiredo ao rei [D. João V] solicitando conceder-lhe facultade para que o seu meirinho possa portar vara branca, [ant. 1725, Junho, 14] AHU_ACL_CU_005, Cx. 22, D. 1992.

Nazaré”. Sentou no sólio arcebispal aos 27 de novembro e, aos 13 de dezembro, fez profissão de fé na Catedral de Salvador²⁸, cumprindo por dez anos, “material e inteiramente, sem ter faltado por um único dia, o preceito da residência, prescrito pelos sagrados cânones do Concílio de Trento[...]”²⁹.

Mais uma vez, a extensa carreira deste religioso teve um papel importante na sua escolha para arcebispo da Bahia. É provável que a sua contribuição para a Academia Real também lhe tenha servido positivamente, visto que, sob o reinado de D. João V, se prestigiou a presença nas mitras diocesanas dos membros saídos desta instituição³⁰. As qualidades intelectuais e morais de D. Luís, sua piedade e caridade, foram aspectos igualmente valorizados. Contudo, todos estes pontos somados não eliminavam de todo a influência fulcral que um bom intercessor poderia ter junto ao monarca no momento da eleição do corpo episcopal³¹.

Podemos afirmar que D. Luís Álvares de Figueiredo possuiu bons intercessores. Destaque-se, primeiramente, o arcebispo de Braga, D. Rodrigo de Moura Teles, com quem o prelado manteve estreita relação e de quem buscou imitar, em muitos aspectos, a conduta³².

D. Luís Álvares de Figueiredo e as redes clientelares da jacobea

D. Rodrigo de Moura Teles foi bispo de Guarda entre 1694 e 1704, e arcebispo de Braga entre os anos de 1704 e 1728. No mesmo ano em que ascendeu à Sé Primaz, D. Rodrigo se tornou membro do Conselho de Estado do rei, função para a qual o seu pai, D. Nuno de Mendonça, 2º conde de Vale dos Reis, havia sido anteriormente escolhido. Como arcebispo influente, D. Rodrigo de Moura Teles patrocinou a progressão na carreira eclesiástica daqueles que lhe eram próximos. Seu sobrinho, D. João de Mendonça, foi arceidiago da Sé de

²⁸ MENDES, Ediana Ferreira – *Da Universidade de Coimbra ao Brasil: os bispos da Bahia, de Olinda e do Rio de Janeiro (1676 – ca. 1773)*, Ob.cit., p. 486.

²⁹ Arquivo Apostólico Vaticano (AAV), *Congregazione Concilio, Relationes Dioecesium*, vol. 712, fls. não numerados. Gostaríamos de agradecer à prof. Dr. Ediana Mendes por nos ter disponibilizado esta fonte. Acrescentamos que este documento foi recentemente traduzido por António Guimarães Pinto, no quadro das atividades desenvolvidas pelo projeto *ReligionAJE*, outrora citado, e se encontra disponibilizado no sítio eletrônico do dito projeto: <https://www.uc.pt/fluc/religionAJE/fontes>. Fazemos uso, portanto, da dita tradução.

³⁰ PAIVA, José Pedro – *Os bispos de Portugal e do Império (1495-1777)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006, p. 516.

³¹ Idem, p.213-277.

³² Cf. “Dedicatória”, em *Oração Fúnebre nas exéquias do ilustríssimo, e reverendíssimo senhor D. Rodrigo de Moura Telles, Arcebispo, e senhor de Braga, Primaz das Espanhas, do Conselho de Estado, E Sumilher da Cortina de Sua Magestade, celebradas na Cathedral da Bahia a 28 de Março de 1729 pelo Ilustríssimo Senhor D. Luis Álvares de Figueiredo, Arcebispo da Bahia, Metropolitanano dos Estados do Brazil, Angola, e São Thomé, do Conselho de Sua Magestade. Dedicada, ao mesmo Ill^{mo}. Sr^o Pelo orador o Doutor Sebastião do Valle Pontes, Deão da Mesma Sé, Dezembargador da Relação Ecclesiástica, Provisor, e Vigário Geral do Arcebisado*. Lisboa: Na Oficina da Musica, 1730.

Guarda na altura em que seu tio fora bispo desta diocese. Doutor em cânones e lente da Universidade de Coimbra, D. João de Mendonça chegou a ser feito sumilher da cortina de D. João V. Asseguradamente, a sua família e a sua carreira nos ajudam a compreender porque o rei o escolheu, em 1713, para bispo de Guarda. Mas a intercessão do tio arcebispo de uma prestigiosa arquidiocese (e membro do Conselho de Estado) foi igualmente decisiva³³. Ora, assim como agira em favor de seu sobrinho, D. Rodrigo patrocinou a eleição de D. Luís Álvares de Figueiredo ao arcebispado da Bahia, tal como fizera anteriormente ao apresentá-lo como seu coadjutor em Braga³⁴.

Existiam distintos critérios para a eleição dos bispos na Europa da idade moderna. Muitos deles se alteraram ao longo deste período. No entanto, independente da centúria e da monarquia, os contatos e as alianças interpessoais, ou seja, as redes clientelares nas quais um indivíduo estava inserido, foram sempre fator crucial na dinâmica da escolha do corpo episcopal. Possuir boas relações com os confessores dos reis e das rainhas, ou com os secretários de Estado e do rei, assim como com os membros mais prestigiados da hierarquia eclesiástica, dos cabidos e vereações locais, era uma vantagem, em nada negligenciável, no complexo sistema de nomeação dos antístites em Portugal, bem como nas outras monarquias europeias entre os séculos XVI e XVIII³⁵.

Embora pouco ou nada se tenha alterado, ao longo da idade moderna, no tocante à importância das redes clientelares, outros fatores singularizaram a política de provimento episcopal durante o reinado de D. João V. Essa singularização foi influenciada, em grande medida, pela presença, junto ao rei, do cardeal João da Mota e Silva (1685-1747), mas também, e sobretudo, pela atuação de Fr. Gaspar da Encarnação (1685-1752) frente ao monarca. D. João V depositava grande confiança em Gaspar da Encarnação. A partir da década de 1720, esse religioso participou diligentemente do processo de eleição dos bispos de Portugal e de seu império³⁶. Fr. Gaspar foi deão da Sé de Lisboa e exerceu, posteriormente, o cargo de reitor da Universidade de Coimbra. Nesta cidade contactou com o movimento da jacobea e com alguns de seus representantes. Acabou por abraçar esta corrente e, em 1715, abandonando a vida secular,

³³ PAIVA, José Pedro – *Os bispos de Portugal e do Império (1495-1777)*, Ob.cit., p. 500.

³⁴ Idem, p. 520.

³⁵ PAIVA, José Pedro – *Os bispos de Portugal e do Império (1495-1777)*, Ob.cit., p. 256. GOZALO, Maximiliano Barrio - *Sociología del alto clero en la España del siglo ilustrado*, « Manuscrits », vol. 20 (2002), p. 29-59; GOLÁN, Fernando Suárez - *Pastor, esposo y príncipe. Visiones del episcopado em época moderna*, « Semata, Ciências sociais e Humanidades », vol.22 (2010), p. 293-309; ROSA, Mario – *Clero católico e società europea nell'età moderna*. Bari: Ed. Laterza, 2015; PÉRONNET, Michel – *Les évêques de l'ancienne France*. Paris: Champion, 1977.

³⁶ PAIVA, José Pedro – *Os bispos de Portugal e do Império (1495-1777)*. Ob.cit., p. 507-518. SOUZA, Evergton Sales – *Jansenismo et réforme de l'Église dans l'Empire portugais, 1640-1790*. Paris : Fundação Calouste Gulbenkian, 2004, p. 185.

ingressou no convento dos franciscanos do Varatojo, centro profundamente tocado pelo método de vida e pela espiritualidade jacobea. Não tardou muito para que Fr. Gaspar se tornasse, na definição de Fr. António Pereira da Silva, autor de *A questão do sigilismo em Portugal* – obra assinalável nos estudos sobre a jacobea - “a cabeça, em sentido lato”, deste movimento³⁷.

A partir dos anos 20 do Setecentos, portanto, a intercessão do varatojano Gaspar da Encarnação transformou o processo de escolha episcopal. Desde então, critérios religiosos passaram a ter maior influxo nesta dinâmica do que os critérios políticos, levando a uma renovação contundente da feição do episcopado lusitano. Como esclarece José Pedro Paiva, passou-se a desejar para as mitras diocesanas homens de grande piedade e reconhecidas virtudes, advindos preferencialmente do clero regular, formados em teologia, versados nas letras e de conduta exemplar atestada³⁸. Neste período, entre 1720 e 1740, por ação de Fr. Gaspar, a maior parte do corpo episcopal foi recrutado nos institutos religiosos que compartilhavam, adotavam ou estavam de acordo com muitos dos princípios rigoristas de reforma dos costumes e da vida (dentro e fora dos claustros) defendidos e apregoados pela jacobea³⁹, aos quais retornaremos mais adiante.

A título de exemplo: D. Fr. Inácio de Santa Teresa, eleito arcebispo de Goa, em 1721, e bispo de Faro, em 1740, tomou hábito dos cônegos regrantes de Santo Agostinho, no mosteiro de Grijó, além de integrar o colégio de Santa Cruz de Coimbra⁴⁰. D. Miguel da Anunciação, bispo da diocese conimbricense a partir de 1740, recebeu o hábito do Mosteiro de Santa Cruz em 1726. Doutor em Cânones e professor em Coimbra, D. Miguel veio a se tornar, em

³⁷ SILVA, Fr. António Pereira – *A questão do sigilismo em Portugal no século XVIII*, Ob.cit., p. 97-99. Sobre a trajetória de Fr. Gaspar da Encarnação ver também: MELO, Bruno Kawai Souto Maior de - *A Jacobea entre significados e representações: reformas religiosas e embates faccionais na monarquia portuguesa (c. 1720 – c. 1769)*. Recife : Universidade Federal de Pernambuco, 2020. Tese de doutoramento, p. 96-106.

³⁸ PAIVA, José Pedro – *Os bispos de Portugal e do Império (1495-1777)*, Ob.cit., p. 487-526.

³⁹ Os bispos jacobeu, ou fortemente inspirados pela jacobea, assumiram distintas e importantes mitras diocesanas no império português. D. Frei Inácio de Santa Teresa foi enviado para Goa em 1721. Nesse mesmo ano seguiram para Cabo Verde e Nanquim, D. Frei José de Santa Maria de Jesus e D. Frei Manuel de Jesus Maria, respectivamente. No mesmo ano da eleição de D. Luís Álvares de Figueiredo, D. Frei José Fialho foi escolhido para assumir a sede de Olinda (posteriormente veio a se sentar no sólio arcebispal da Bahia – 1738 – e ser indigitado para o bispado de Guarda em 1741) e D. Manuel Coutinho assumiu a sede do Funchal. D. Frei Eugénio foi feito bispo de Macau em 1735 e de Goa em 1740. D. Frei Valério do Sacramento foi eleito para Angra em 1738. Mesmo ano em que D. António do Desterro recebeu a mitra de Angola (sendo eleito em 1745 para o Rio de Janeiro). Conte-se ainda com D. Frei Manuel da Cruz, bispo do Maranhão em 1738 e de Mariana em 1745, com D. Frei Luís de Santa Teresa, bispo de Olinda a partir de 1738, e D. Frei João da Cruz bispo do Rio de Janeiro, eleito em 1740. Idem, p. 511-512.

⁴⁰ Dois estudos recentes dão conta da biografia deste prelado e da sua atuação frente ao arcebispatado de Goa. Cf. MENDES, José Maria – *Início de Santa Teresa. Construindo a biografia de um arcebispo*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2012. Dissertação de Mestrado; ALVES, Ana Maria M. R. – *O reino de Deus e a sua justiça: Dom Frei Inácio de Santa Teresa (1682-1751)*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2012. Tese de doutoramento.

meio à rumorosa querela do sigilismo, a “figura carismática do movimento da jacobea”⁴¹. Outros tantos foram eleitos entre os eremitas de Santo Agostinho, entre os franciscanos do Varatojo, entre beneditinos e cistercienses⁴². Todos eles orbitaram na extensa rede formada por Gaspar da Encarnação. Inclui-se D. Rodrigo de Moura Teles.

A virtude e o zelo deste arcebispo que, segundo Cabral de Moncada, foi o grande reformador do clero e da vida dos fiéis da arquidiocese bracarense⁴³, não deixaram de ser notadas nos círculos jacobeu. Cabe lembrar que foi para D. Rodrigo que Fr. Francisco da Anunciação dedicou a sua *Consulta Mystico-moral*, no ano de 1717, e que foi a pedido do arcebispo que o fundador da jacobea escreveu a sua obra *Disputationes Theologicae de statu Religioso, obligationibusque eidem annexis, attento peculiari jure nostrae sacrae Religionis*, atualmente conservada no Arquivo Distrital de Braga⁴⁴. D. Rodrigo de Moura Teles esteve envolvido diretamente com a direção espiritual de Fr. Francisco⁴⁵ e, a julgar pela sua conduta, como explica Helena Queirós, este arcebispo moveu-se por uma pauta em tudo afim à jacobea⁴⁶.

A ligação entre D. Luís Álvares de Figueiredo e D. Rodrigo de Moura Teles se evidencia em distintos momentos. Em 1719, D. Rodrigo concedeu o título de um canonicato e prebenda a D. Luís, ainda bispo titular de Uranópolis. De acordo com Manoel Telles da Silva, D. Rodrigo deu ao bispo uma “Conezia de Braga, juntamente um Benefício em S. Pedro da Torre, e outro em outra Igreja, ambos simples”⁴⁷. E, como citamos, também foi grande a influência exercida pelo arcebispo na nomeação de D. Luís para bispo coadjutor de Braga e para o arcebispado da Bahia. Da parte de D. Luís, esta ligação e, mesmo, admiração ficou mais patente na *Oração Fúnebre nas exequias do Illustrissimo e Reverendissimo Senhor D. Rodrigo de Moura Teles*, escrita sob sua tutela. Nela, ademais da exaltação das qualidades do arcebispo de Braga (o que já era recorrente nas *Notícias do arcebispado* escritas por D. Luís⁴⁸), se destaca o acordo

⁴¹ CASTRO, Zília Osório de – *Jacobea*. In AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) - *Dicionário de história religiosa de Portugal*. J-P. Lisboa: Centro de Estudos de Historia Religiosa da Universidade Católica Portuguesa e Circulo de Leitores, 2001, p. 5-7.

⁴² PAIVA, José Pedro – *Os bispos de Portugal e do Império (1495-1777)*, Ob.cit., p. 161.

⁴³ MONCADA, Cabral de – *Mística e Racionalismo em Portugal no século XVIII. Uma página de história religiosa e política*. Coimbra: Casa do Castelo Editora, 1952, p.42.

⁴⁴ ADB, Ms n. 262.

⁴⁵ MELO, Bruno Kawai Souto Maior de. – *A Jacobea entre significados e representações*, Ob.cit., p. 63.

⁴⁶ QUEIRÓS, Maria Helena – *Jacobea e redes clientelares. Fr. Luís de Santa Teresa e Fr. João da Cruz (O.C.D.): (Auto)retrato de dois irmãos em Braga (1730-1735)*, « História. Revista da FLUP Porto », IV Série, vol. 2 (2012), p. 87. Disponível em: <<https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-01486601>>. [Consulta realizada em: 12/09/2019].

⁴⁷ (*Collecçam dos documentos, e memorias da academia real da Historia Portugueza*. Ob. cit., p. 179).

⁴⁸ BNP; *Luís Álvares de Figueiredo, Noticias do arcebispado de Braga remetidas pelo Bispo de Uranópolis*, Setor de Reservados, cód. 143 (microfilme F. 2340), f. 59-61.

de ideias e de costumes que uniam esses dois religiosos, nomeadamente em torno da prática esmoler, como é possível verificar nesse trecho da dita oração:

E que direi da despesa que fazia nas esmolas que dava? Digo que foi estupendo: assistia com esmolas e ordinárias quantiosas, com que remendava a pessoas pobres e recolhidas que se envergonhavam de representar a sua necessidade; todos os anos casava donzelas com dotes de cem mil reis; bem sabidas, por não poder menos, eram as esmolas dos pobres do pátio; fazia matricular todos quantos mancebos aprendiam ofícios e lhes dava pão de sobra enquanto eram aprendizes; jamais se pôs à mesa que nela e com ele se não fartasse um pobre; as suas iguarias comumente eram grosseiras e tais que fossem da esfera da gente pobre; por se tratar entre as grandezas precisas como um deles e por encobrir a sua amada mortificação dava por causa o saberem-lhe bem aqueles mantimentos⁴⁹.

Não obstante, para além de D. Rodrigo, D. Luís também manteve relações estreitas com o cônego João da Mota e Silva (1685-1747), futuro cardeal da Mota, e com a sua família⁵⁰. Esta relação se revela, claramente, na ordem que deu D. Luís para que fosse celebrada, na Sé da Bahia, uma oração em ação de graças pela “felicíssima Exaltação do Eminentíssimo Senhor Cardeal da Mota”. O arcebispo da Bahia teria recebido com grande “gosto, alegria e contentamento” a notícia de que João da Mota e Silva, um dos seus “íntimos e cordiais amigos”, tinha sido feito Cardeal pelo Papa Bento XIII, por Consistório de 26 de novembro de 1727. Prova disso: fez repicar os sinos da Catedral da Bahia durante três noites seguidas e ordenou que se acendessem as luminárias dos palácios episcopal e do vice-rei, assim como das “casas dos reverendos capitulares, ministros da Relação deste Estado, e de outras muitas pessoas de distinção”⁵¹. Tamanhas demonstrações de afeto público, tanto através da celebração das exéquias de D. Rodrigo, quanto da exaltação da promoção de

⁴⁹ PONTES, Sebastião do Valle – *Oração Fúnebre nas exéquias do ilustríssimo, e reverendíssimo senhor D. Rodrigo de Moura Telles, Arcebispo, e senhor de Braga, Primaz das Espanhas, do Conselho de Estado, E Sumilher da Cortina de Sua Magestade, celebradas na Cathedral da Bahia a 28 de Março de 1729 pelo Ilustríssimo Senhor D. Luis Álvares de Figueiredo, Arcebispo da Bahia, Metropolitano dos Estados do Brazil, Angola, e São Thomé, do Conselho de Sua Magestade. Dedicada, ao mesmo Ill^{mo}. S^{mo}. Pelo orador o Doutor Sebastião do Valle Pontes, Deão da Mesma Sé, Dezembargador da Relação Ecclesiástica, Provisor, e Vigário Geral do Arcebispado*. Lisboa: Na Officina da Musica, 1730, p.17-18.

⁵⁰ MENDES, Ediana Ferreira – *Da Universidade de Coimbra ao Brasil: os bispos da Bahia, de Olinda e do Rio de Janeiro (1676-ca.1773)*, Ob.cit., p. 90.

⁵¹ MATOS, José Ferreira de – *Diário histórico das celebrações, que na cidade da Bahia se fizeram em acção de graças pelos felicíssimos cazamentos dos Sereníssimos Senhores principaes de Portugal e Castela dedicado ao Ilustríssimo Senhor Arcbispo da Bahia D. Luis Alveres de Figueyredo*. Lisboa Occidental: Na oficina de Manoel Fernandes da Costa, Impressor do Santo Offício, 1729, p.63-66.

João da Mota a cardeal, não eram comuns. Este tipo de cerimônias, dedicadas a prelados que não eram os da diocese, não eram nada habituais na Sé Catedral da Bahia no período moderno⁵². O que nos permite afirmar de forma mais peremptória a existência de um vínculo de estreita afinidade e estima entre D. Luís, D. Rodrigo e o cardeal da Mota.

De acordo com Evergton Sales Souza e Ediana Mendes, o arcebispo da Bahia manteve, de igual modo, relações próximas com o próprio Fr. Gaspar da Encarnação e com outros bispos jacobeu, tais como os antístites do Rio de Janeiro, D. Fr. Antônio de Guadalupe, e de Pernambuco, D. Fr. José Fialho. Sabemos que tanto D. Fr. Antônio quanto D. Fr. José Fialho viajaram para Braga, no contexto das suas promoções às respectivas mitras fluminense e olindense, por estarem ambos desejosos de se instruírem a respeito “dos ditames do pastoral ofício” junto ao arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles – de quem D. Antônio, assim como D. Luís, recebeu auxílio para a nomeação. É possível que, neste período, D. Luís, D. José e D. Antônio, sob a tutela de D. Rodrigo, tenham intensificado os laços que os uniam ao rigorismo de matriz jacobea. Esta simpatia à jacobea tornar-se-ia mais evidente na futura ação dos três prelados no governo de suas dioceses⁵³.

Do que foi dito até o momento, fica patente que D. Luís Álvares de Figueiredo não esteve alheio à rede daqueles que compartilhavam da espiritualidade jacobea. Este dado não é suficiente para afirmarmos que D. Luís foi, ele mesmo, um antístite jacobeu. A rede clientelar é um critério em tudo significativo quando se busca analisar a pertença ou não de um religioso a esta corrente de espiritualidade⁵⁴. Mas, por si só, ele não permite afirmações categóricas. Quais seriam, portanto, os outros fatores que nos ajudariam na nossa investigação?

D. Luís, um arcebispo jacobeu na Bahia colonial?

A jacobea nasceu da forte convicção, compartilhada em alguns meios religiosos da época, de que a Igreja, em particular, e a sociedade portuguesa, de maneira geral, estavam severamente corrompidas em virtude da força dos maus costumes e da permanência de certos vícios odiosos, tais como o freiratismo, nome dado em Portugal ao fenômeno das relações amorosas mantidas com religiosas. Dentro dos limites do catolicismo tridentino, este movimento, que surgiu entre os eremitas de Santo Agostinho do Colégio da Graça de Coimbra

⁵² MENDES, Ediana Ferreira – *Da Universidade de Coimbra ao Brasil*, Ob.cit., p. 491.

⁵³ SOUZA, Evergton Sales – *D. Fr. Antônio de Guadalupe*, Ob.cit., p. 142 e 159. MENDES, Ediana Ferreira – *Da Universidade de Coimbra ao Brasil*, Ob.cit., p. 350.

⁵⁴ QUEIRÓS, Maria Helena – *Jacobea e redes clientelares*, Ob.cit.

no início do século XVIII, buscou empreender uma profunda reforma do catolicismo português. Como em outros movimentos anteriores e posteriores a ele⁵⁵, seus adeptos desejavam que tal reforma se estendesse no interior e no exterior dos claustros. Todos, religiosos ou leigos, deveriam ser inspirados a abandonar toda forma de corrupção moral e a abraçar uma vida verdadeiramente religiosa, o que, segundo os jacobeu, só seria possível através da adoção de um estilo de vida austero e de uma série de princípios e comportamentos rigoristas.

Os princípios rigoristas nos quais se baseava o programa jacobeu foram claramente expostos na *Máxima*, obra em parte atribuída a Fr. Francisco da Anunciação, que circulou manuscrita entre os jacobeu do Colégio da Graça de Coimbra, e não só. São trinta os pontos enunciados:

1º Servir a Deus a cara descoberta; 2º Ter uma total sujeição e obediência cega ao diretor [espiritual]; 3º Em homens todos políticos e mais políticos que espirituais não se estribe alguém para empresas do serviço de Deus, em que possa haver contradições; porque melhor lhe irá se for só do que com tal companhia; 4º Não fique sem oração, por ocupado que esteja, e, se for necessário, corte algum tempo ao estudo, que não é invito nisso o prelado e a religião postos na sua observação; 5º A oração seja no coro ou na igreja ou aonde temos companheiros; na cela é contingente e arriscada; 6º Dê conta com sinceridade plena da sua consciência ao seu diretor ou quem ele lhe ordenar no tempo que se costuma; 7º Corte por todo o impedimento para ir depois de jantar direito para a jacobea e o mesmo fará depois da ceia, não o impedindo a obediência; 8º Na jacobea sejam as práticas sempre espirituais e puxem-se para o espírito quando forem degenerando; e o mesmo se fará fora daí, nas outras conversações, quanto puder ser, segundo a prudência; 9º Não se deixem levar de afeto ou inclinação natural. Corte-se logo no princípio todo o apego do coração e trato particular originado daí; 10º Os tédidos são mais dificultosos de se converterem a Deus do que os pecadores manifestos; 11º Procurem obrar tudo por conselho de outrem, ainda no que lhes parecer reto; 12º Retirem-se do trato familiar com os prelados; ter-lhes obediência suma e familiaridade nenhuma; 13º Não querer saber o que se passa em casa; 14º Sejam exatos na forma do traje; 15º Não desprezem ninguém, nem [sequer] virtualmente; 16º Não se relaxe nada dos costumes e exercícios da

⁵⁵ Para um resumo da presença desta vontade de reforma no Portugal moderno, conferir: FERNANDES, Maria de Lurdes Correia – *Da reforma da Igreja à reforma dos cristãos: reformas, pastoral e espiritualidade*. In: AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.). *História Religiosa de Portugal. V. 2: Humanismos e Reformas*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 15-47.

jacobeia; e zele-se muito isto; 17º Não se atemperem a doutrina e ditames dela; saibam que quanto mais tesos e eficazes são, mais atraem os outros, porque eles se casam com a razão e Deus concorre; e, atemperados, deitam tudo a perder; 18º Apontem-se as coisas especiais que se acham nos livros espirituais; 19º Antes de obrar, segurem a sua ação, averiguando bem o que devem fazer; e depois não lhes trema a mão nem titubeiem na obra; 20º Fugir das bacharelices de espírito e das mais matérias; 21º Retirem-se de todo o trato de mulher, ainda do espiritual, sem causa muito urgente; 22º Retirem-se quanto puderem, sem escândalo, de toda a pessoa que não trata de espírito, sem desprezo dela, mas só por não se esfriarem; 23º Para irem a fêrias em tom de fêrias entendam que nunca há causa justa; 24º Não ir ver parentes sem causa urgente; 25º Abstenham-se totalmente de jogo de cartas; 26º Se cair em culpa maior, dê a Deus satisfação maior, pois é maior a sua ingratidão, suposta a sua especial vocação, a fim de que lhe continue com os auxílios em ordem à perseverança; 27º Cuidar não tanto em fazer como em desfazer; 28º Seguir sempre o contrário à natureza aonde não há pecado; 29º Não usar de isenções e privilégios, se os tem, para faltar aos atos de comunidade, jejuns, coro, etc., sem causa; 30º União e coligação com quem puder ajudar-nos no serviço de Deus e ter trato familiar com eles, que a isto chamamos jacobea⁵⁶.

Somam-se a estes princípios outros exercícios espirituais que encontramos particularmente descritos na obra *Vindícias da Virtude*. Este texto, de autoria integral de Fr. Francisco, também circulou de forma manuscrita nos meios jacobeus por mais de 20 anos, antes de ser impressa, em 1725, pela oficina de Manuel Lopes Ferreira. Nele, o pai da jacobea estabelece:

À noite [...] antes de se recolher ao leito faz exame de consciência, em que chama a juízo todas as suas potências para saber o mal, e o bem, que fizeram, e deixaram de fazer. Aqui se confunde, acusa, repreende, e arrepende das faltas, descuidos, e negligências cometidas: do bem que fez, das graças a Deus, propõe aumentá-lo, e viver no dia seguinte mais cuidadoso do seu aproveitamento. Prepara [...] um ponto da paixão do Senhor, ou de outra alguma verdade católica, como v.g. do Inferno, do Juízo, da Morte, etc para a oração do outro dia: deita-se e adormece com estas considerações (e que boas!) e com outras santas invenções que

⁵⁶ Fr. António Pereira da Silva transcreveu esta *Máxima*, de forma literal, de um exemplar manuscrito das *Reflexões sobre o Juízo decisivo* e nós a reproduzimos aqui. SILVA, Fr. António Pereira – *A questão do sigilismo em Portugal no século XVIII*, Ob.cit., p. 81-84.

*lhe inspira a devoção, o fervor, e o costume. Pela manhã levanta-se à hora competente [...] traz logo, mal acorda, à memória o ponto à noite preparado, dá graças a Deus, encomenda-se ao seu anjo da guarda, invoca os Santos de sua devoção, toma alguns por especiais patronos do dia, começa enfim a sua oração mental: entra o entendimento, meditando, considerando, discorrendo, ponderando, persuadindo com razões, argumentos, e discursos, que cava para inclinar a vontade a fugir o mal do vício e a abraçar o bem da virtude [...]*⁵⁷.

Para além do exame de consciência e da oração mental quotidiana, Fr. Francisco recomendava ainda outras práticas que considerava fundamentais para uma vida verdadeiramente espiritual⁵⁸, dentre elas: a frequência possível dos Sacramentos (especialmente da confissão), as jaculatórias, jejuns, mortificações dos vícios e apetites, a correção fraterna dos pecadores, a abnegação da própria vontade e o cingir-se à pobreza, à caridade e demais atos em virtude diversos⁵⁹.

Acreditando que o mundo se dividia em duas classes distintas de homens: os perfeitos, pios e beatos e, do lado oposto, os tíbios, carnis e relaxados, os jacobeus optaram por buscar, e não apenas para si, uma vida decididamente beata⁶⁰. Como já afirmamos, existia entre eles não apenas o desejo de reforma pessoal, mas também a crença de que era possível, através do exemplo e da correção, converter a todos, não importando se eram “religiosos, seculares, homens, mulheres, casados, solteiros, trabalhadores, ociosos, nobres, mecânicos, sábios, idiotas, rústicos, cidadãos, brancos e negros, cativos ou forros”⁶¹. Como se pode imaginar, o objetivo de conversão irrestrita à perfeição religiosa, apesar de totalmente assente com a ortodoxia católica, não poderia agradar plenamente. Em alguma medida, e evitando-se toda sorte de generalizações, esta foi uma das razões pelas quais muitos dos bispos jacobeus, ou apreciadores da jacobea, se viram envolvidos em longas contendas nos seus bispados⁶². Teria acontecido o

⁵⁷ ANNUNCIACÃO, Fr. Francisco da – *Vindícias da Virtude e escarmento de virtuosos, nos publicos castigos dos hypocritas dados pelo Tribunal do Santo Officio, Primeira Parte dividida em dois tomos, na qual segundo rigor escolastico se demonstra a salvação, e se responde a todos os argumentos, sofismas, ditos, irrisoens, e improprios, com que a gente carnal, particularmente em algum publico escandaloso de pessoas reputadas por virtuosas, costuma infatuar a todos, que profissão devoção*. Lisboa: Na Officina Ferreyriana, 1725, p.15.

⁵⁸ Para Fr. Francisco, uma vida espiritual, pode ser definida como “um exercício de boas obras, com que servimos a Deus, por amor de Deus, e aproveitamento na Virtude e, Santidade”. ANNUNCIACÃO, Fr. Francisco da – *Vindícias da Virtude e escarmento de virtuosos*, Ob.cit., p.12.

⁵⁹ Idem, p. 13.

⁶⁰ SILVA, Fr. António Pereira – *A questão do sigilismo em Portugal no século XVIII*, Ob.cit., p. 123.

⁶¹ ANNUNCIACÃO, Fr. Francisco da – *Vindícias da Virtude e escarmento de virtuosos*, Ob.cit., p.140.

⁶² Cf. PAIVA, José Pedro – *Reforma religiosa, conflito, mudança política e cisão: o governo da diocese de Olinda (Pernambuco) por D. Frei Luís de Santa Teresa (1738-1754)*, « Revista de História da Sociedade e da Cultura », n.8 (2008), p.161-210. Disponível em <DOI:http://dx.doi.org/10.14195/1645-2259_8_5>. [Consulta realizada

mesmo com D. Luís? Este não parece ter sido o caso.

Apesar de ter exercido numerosas e dissemelhantes funções ao longo de toda a sua carreira, as fontes de que dispomos sobre a atuação de D. Luís, tanto no arcebispado de Braga quanto no arcebispado da Bahia, não são abundantes. No período em que foi desembargador e vigário-geral no espiritual e temporal da Relação Metropolitana e eclesiástica de Braga, D. Luís mediou alguns conflitos. Por exemplo: no ano de 1705, em uma contenda envolvendo o Cabido de Braga e alguns habitantes da freguesia de Nogueira da Montanha, comarca de Chaves, D. Luís sentenciou à favor do Cabido da Sé, obrigando os moradores da dita freguesia a pagarem a cada ano os cinquenta alqueires de centeio de votos, como alegava ser de prática e de costume na região⁶³.

Já na sede da Bahia, enquanto arcebispo, do que nos foi possível averiguar até o momento, principalmente entre a documentação reunida no Arquivo Histórico Ultramarino, D. Luís não teve um arcebispado profícuo em contendas. O que não quer dizer que elas não tenham existido e que D. Luís não tenha buscado corrigir o que ele percebia como desvios ou abusos dos religiosos e leigos sob sua jurisdição espiritual. Para citarmos apenas um exemplo, o antístite condenou a prática dos eclesiásticos que, usando do privilégio de suas posições, requeriam e solicitavam excessivamente aos ministros e oficiais régios o tratamento de suas causas. Mesmo admitindo não ser esta uma prática frequente naquele arcebispado, ao menos desde que o assumira, asseverou que mandou logo “notificar com pena de suspensão” a um eclesiástico que “solicitava com algum excesso a causa de sua irmã”⁶⁴.

Em suas visitas diocesanas admoestava “paternalmente” aos fiéis que, de acordo com o arcebispo, viviam com grande relaxamento nos costumes, “ofendendo a Deus” com “notável prejuízo de suas almas”. Foi justamente em uma de suas visitas pastorais, realizada no ano de 1726, que ao constatar o “estado de soltura” em que viviam as suas ovelhas de ambos os sexos, sucedeu-lhe a ideia de erigir um recolhimento de convertidas na cidade da Bahia. Alegando que algumas mulheres se mostravam, neste contexto, “interiormente movidas” a uma profunda mudança de vida, solicitou ao rei a licença necessária para que “as pudesse refugiar”, separando-as daquilo que designava por ocasiões próximas de pecar⁶⁵. Ainda no quadro das visitas, D. Luís advertiu e estimulou a repreensão,

em 04/12/2020].

⁶³ ADB – *Livro das Sentenças* nº 4, Sentenças nº 5, 6, 7, 8.

⁶⁴ AHU – *Documentos Avulsos da capitania da Bahia*. Carta do Arcebispo da Bahia D. Luís Álvares de Figueiredo ao rei [D. João V] informando sobre os excessivos requerimentos e solicitações dos eclesiásticos aos ministros e oficiais do rei. [1730, Agosto, 16, Bahia]. AHU_ACL_CU_005, Cx. 37, D. 3377.

⁶⁵ AHU – *Documentos Avulsos da capitania da Bahia*. Aviso do [secretário de estado] Diogo de Mendonça Corte Real ao [secretário do Conselho Ultramarino] António Rodrigues da Costa ordenando a consulta da representação

por parte dos visitantes que nomeava, daqueles que qualificava de pecadores pertinazes que, ao recusarem o sacramento da confissão ou a admissão de suas culpas, acabavam por agravar os “danos às suas almas” e dilatar o “escândalo público”⁶⁶.

No entanto, parece-nos, até o momento, que D. Luís foi um arcebispo que tencionou dirimir conflitos. Teve particular atenção em que não se fizessem conhecidos de todos os ditos “vícios” em que incorria a população. Recomendou mesmo, em pastoral de 1725, que os pregadores não expusessem nos púlpitos as incorreções de que tinham conhecimento “em especial de algumas pessoas, nem ainda por equivalente, e muito menos de pessoas Religiosas, ou Ministros de Justiça”⁶⁷. Mas a intenção do arcebispo de administrar pacificamente a sua mitra (no que se assemelha a alguns prelados jacobeu, como D. Fr. Guilherme de S. José, bispo do Pará entre 1738 e 1748, e o já citado D. Fr. Antônio de Guadalupe⁶⁸), não pode ser confundida com a falta, ou menor preocupação de D. Luís com o enquadramento religioso dos fiéis. A regularidade com que o arcebispo realizou visitas diocesanas, tanto pessoalmente quanto através dos seus visitantes, corrobora este argumento. Consoante o próprio prelado, no ano de 1726, gastou:

[...] três meses no cumprimento da visitação da cidade, que contém nove igrejas paroquiais. No ano de 1727 despendi quatro meses na visitação de dez igrejas paroquiais, até que, obrigado pela doença, me recolhi à casa em que habito. No ano de 1729 ocupei-me durante mais de quatro meses na visitação de outras onze igrejas paroquiais. No ano de 1730 gastei outros quatro meses na visitação de outras onze igrejas paroquiais. No ano de 1731 realizei a segunda visitação da cidade e no ano de 1732 a terceira. Ainda não visitei as restantes igrejas paroquiais, devido à distância a que se encontram, que se dilata para além de cento e cinquenta e duzentas

do Arcebispo da Bahia [Luís Álvares de Figueiredo] acerca da necessidade de um recolhimento de convertidas na cidade da Bahia. Anexo: 4 docs. [1731, Janeiro, 13, Paço]. AHU_ACL_CU_005, Cx. 38, D. 3443.

⁶⁶ AHU – *Documentos Avulsos da capitania da Bahia*. Carta do Arcebispo da Bahia Luís Álvares de Figueiredo ao rei [D. João V] respondendo a ordem real para por fim a queixa dos vassallos da capitania de Sergipe d’El-Rei por serem multados, por crime de concubinato, pelos visitantes e eclesiásticos, com Maiores condenações do que permitem as sinodais do Arcebispado. Anexo: carta do ouvidor geral de Sergipe d’El-Rei. [1731, Novembro, 11, Bahia]. AHU_ACL_CU_005, Cx. 40, D. 3622. Ver também : MENDES, Ediana Ferreira – *Da Universidade de Coimbra ao Brasil*, Ob.cit., p. 493.

⁶⁷ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) – *Manuscritos da Livraria*, “Pastoral do arcebispo de São Salvador da Baía, Luís Álvares de Figueiredo, para os pregadores do evangelho”. Lisboa Ocidental, Na oficina de Pascoal da Silva, 1725, n° 1099 (22).

⁶⁸ MENDES, Ediana F.; SALES SOUZA, Evergton – *Jacobeu nos trópicos: Olhares sobre a sociedade e enquadramento religioso na diocese fluminense (1725-1773)*. « Revista Brasileira de História », v. 40 (2020), p.61 e 65. <Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/rbh/v40n83/1806-9347-rbh-40-83-57.pdf>>. [Acesso realizado em 28/04/2020].

*léguas, devido à minha idade avançada e às moléstias, que padeço em consequência da inclemência do clima desta região. Todavia, todas foram visitadas nos últimos dois anos por visitantes idôneos*⁶⁹.

Como nos informa José Pedro Paiva, as visitas diocesanas eram um instrumento fundamental na difusão da doutrina da Igreja e da pastoral dos bispos, na verificação do “funcionamento administrativo, econômico e espiritual das igrejas e do desempenho do pessoal eclesiástico”, mas igualmente um mecanismo de controle da observância religiosa e do comportamento moral dos fiéis, clérigos ou leigos. Retomando os argumentos do historiador, as visitas pastorais, no Portugal moderno, adquiriram quatro dimensões. Primeiramente, “constituíram um instrumento fundamental da consumação da autoridade prelatícia nas suas dioceses”. Foram também um meio decisivo de aplicação, a nível local, da reforma e das normas tridentinas. Se tornaram, principalmente entre os séculos XVII e XVIII, um competente dispositivo “disciplinador de comportamentos, capaz de provocar a interiorização de condutas e influenciar decisões das populações”. E, por fim, “erigiram-se num mecanismo de controle social, particularmente eficaz a nível local e atuante sobre a população cristã velha e sobre o clero local, apto para identificar aqueles que tinham condutas religiosas, morais e sociais consideradas incorretas, para depois os emendar, punir e, nalguns casos, seguramente segregar”⁷⁰.

Ora, desde que sentou no sôlio arcebispal, D. Luís visitou, por si mesmo ou por seus intermediários, ao menos uma vez por ano, as distintas freguesias do seu arcebispado. Esse zelo e constância denotam a aspiração do prelado em conhecer, em profundidade, a sua arquidiocese, em aumentar a vigilância sobre seus fregueses, em incrementar as políticas de disciplinamento do clero diocesano (espelho dos fiéis) e em melhor enquadrar a população sob sua jurisdição. Esta última, segundo o arcebispo, necessitava de uma “enorme reforma” nos seus hábitos que se encontravam “assaz prejudicados” devido, principalmente, a presença de uma “imensa quantidade de africanos de novo convertidos à fé”, e de seus “costumes viciosos”⁷¹. Em perfeita conformidade com a visão geral compartilhada pela elite portuguesa da época, D. Luís estabelecia uma relação direta entre a origem africana e os maus costumes. Porém, tal como seus congêneres jacobeus da diocese do Rio de Janeiro, D. Luís não traduziu os seus preconceitos em relação aos escravos negros africanos num desinteresse por eles

⁶⁹ AAV, *Congregazione Concilio, Relationes Dioecesium*, vol. 712, fls. não numerados.

⁷⁰ PAIVA, José Pedro – *As visitas pastorais*, In : AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) - *História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, vol. II, p.251.

⁷¹ AAV, *Congregazione Concilio, Relationes Dioecesium*, vol. 712, fls. não numerados.

e pela salvação das suas almas⁷².

Se nos debruçarmos sobre as orações fúnebres que foram dedicadas a D. Luís, o que se nos apresenta é a imagem de um arcebispo lembrado pela modéstia em que vivia e pela grande piedade e caridade para com os pobres, incluso aqui os escravizados. É claro que ao se levar em consideração os tópicos comuns da retórica do período, assim como a finalidade de uma oração solene nas exéquias de um religioso, podemos duvidar do grau de sinceridade, ou de veracidade, das qualidades atribuídas a D. Luís. No entanto, lembremos do que nos ensinou o historiador Daniel Roche ao falar sobre os elogios da Sociedade Real de Medicina de Paris: é um erro acreditar que estes textos bastam por si só; seria tomar a presa pela sombra, o reflexo pela realidade. Mas as questões que eles levantam, sem dúvida, dão origem a muitas outras investigações, baseadas noutras fontes⁷³. O mesmo se passa com os elogios e orações fúnebres dedicados aos religiosos. E, certo é que em vida, o arcebispo D. Luís desejou fazer conhecer a sua prodigalidade, e – ao contrário do que declarara seu biógrafo –⁷⁴ cuidou de fazer pública a contenção em que vivia e a diligência com que recolhia e distribuía esmolas.

A exteriorização das virtudes, tais como a pobreza, a modéstia nos costumes, a piedade e, principalmente, a caridade, fizeram parte do programa jacobeu. Segundo Fr. Francisco da Anunciação não existiria nada de detestável no ato de tornar públicas as ações virtuosas. Era antes um ato louvável, conforme a doutrina evangélica e as máximas da jacobea (“servir a Deus a cara descoberta”), sem nada conter de públicas beatarias motivadas por vanglória. Ainda de acordo com Fr. Francisco, estas ações faziam parte da singularidade santa dos jacobeus e

⁷² É este o argumento principal desenvolvido por Ediana Mendes e Everton Souza no recente artigo Jacobeu nos trópicos citado ao longo do presente texto. Pode-se perceber a preocupação de D. Luís em relação aos escravizados no relatório ad sacra limina que enviou, em 1733, a Roma. Nele se lê, a respeito do clero regular: “porque, uma vez que têm alguns engenhos de açúcar e muitos outros prédios rústicos, chamados *granjas*, nos quais, para o cultivo e exploração dos mesmos, se encontram inúmeros escravos da corporação religiosa, a estes, como se estivessem abrangidos pelo que se prescreve na sessão 24, *Sobre a reformação*, c. 11, do Concílio de Trento, isentam-nos inteiramente da jurisdição paroquial e também da minha visitação e correção e, o que é mais grave, celebram os seus matrimônios e batizam solenemente as crianças nos referidos oratórios, e permitem que nestes deem cumprimento ao preceito da missa, não sei com que direito. Para dirigir a administração destas explorações agrícolas e prédios rústicos possuem em cada um deles um único religioso, e encontrei-os na posse deste costume, e tendo eu tentado atalhar a tão pernicioso abuso, procedi com censuras contra alguns dos referidos escravos, a fim de que cumprissem com o pároco os preceitos da Igreja e obedecessem à minha visitação: os regulares seus proprietários interuseram recurso perante o juízo da Coroa e ataram-me as mãos”. AAV, *Congregazione Concilio, Relations Dioecesium*, vol. 712, fls. não numerados.

⁷³ ROCHE, Daniel – *Talents, raison et sacrifice*. « Annales. Économies, sociétés, civilisations », 32 année, n. 5 (1977), p. 882.

⁷⁴ João Honorato busca enfatizar, em algumas passagens da oração fúnebre, a maneira como o bispo D. Luís distribuía, sem disso fazer alarde, grossas quantias em esmolas. E o que se depreende, por exemplo, desse trecho do texto: “E como chamaremos nós a umas mãos, que só no que davam ocultamente aos pobres, gastavam todo o ordenado, que recebiam de sua Majestade?”, HONORATO, João – *Oração Fúnebre*, Ob.cit., p. 4.

serviam de exemplo e inspiração para que outros aspirassem à perfeição católica. Enfático, o religioso argumentava:

Cuidar que pode haver virtudes por dentro, sem que transluzam por fora, é necessidade. Acomodar-se no interior aos ditames de Deus, e no exterior aos dos homens, é impossível. Condescender com os gostos, e modos de vida dos que não professam espiritual, é atolar-se em vícios. Ser singular entre os que vivem relaxados, é consequência necessária da virtude. Fazer pelo amor de Deus obras em público, é dar bom exemplo, como aconselha o Evangelho. [...] Deixar de obrar bem em público por escrúpulo dos escândalos, que nascem da malícia, ou afetada ignorância dos mundanos, é dar [quinão] a Jesus Cristo, e aos Teólogos, que nenhum caso fazem de semelhantes escândalos. Exercitar virtudes públicas, que à prudência da carne pareçam desmarcadas demasias, é altíssima prudência do espírito, em que se esmeraram os Santos quase todos⁷⁵.

Além de ter “levado a cabo algumas obras pias em benefício da Sé Catedral, de diversas igrejas e lugares piedosos e da população”⁷⁶, D. Luís não escondia a sua face de grande esmoler. De acordo com seu encomiasta, João Honorato:

[...] admirava aos seus domésticos o muito, que despendia [D. Luís] nas esmolos de todos os Sábados ao numeroso concurso de pobres, que não cabendo dentro em Palácio, ocupavam grande parte das ruas. Competiam com os Sábados as Quintas feiras Miores. Neste dia vestia a doze pobres, e a hum sacerdote dos mais necessitados, e pondo-os à mesa, lhes administrava os pratos por suas mãos. [...] Nestes mesmos dias, com suma devoção, e lágrimas, lhes lavava os pés, e mandava vestir de todo o necessário a vinte mulheres pobres⁷⁷.

Quando das celebrações pelo matrimônio dos “sereníssimos senhores príncipes de Portugal e de Castela”, na Catedral da Bahia, D. Luís ter-se-ia mostrado, mais uma vez, pródigo no dar esmolos aos pobres. Segundo José Ferreira de Matos, em seu *Diário Histórico*, nesta ocasião festiva, D. Luís ordenara “dar uma pataca de trezentos e vinte réis” a “cada um dos homens e mulheres” pobres que encheram a Sé. “Aos pretos”, mandou que se lhes dessem meia pataca, e os pequenos, oitenta réis. Toda esta ação, conforme disse José Matos, era verdadeiramente digna de um prelado “pio, e generoso, que sem atender ao

⁷⁵ ANNUNCIACÃO, Fr. Francisco da – *Vindícias da Virtude e escarmento de virtuosos*, Ob.cit., p.149.

⁷⁶ AAV, *Congregazione Concilio, Relaciones Dioecesium*, vol. 712, fls. não numerados.

⁷⁷ HONORATO, João – *Onçam Funebre*, Ob.cit., p. 6.

limitado de suas rendas, despende com os pobres com tanta generosidade”⁷⁸. O *Diário Histórico*, oferecido ao arcebispo D. Luís, foi igualmente por ele apadrinhado⁷⁹. Sem negar a existência de razões outras que tenham levado D. Luís a patrocinar a impressão deste texto, o fato é que nele ficava registrada e se tornava pública a sua face caridosa. É importante ressaltarmos, no entanto, que não existe nenhum documento no qual estejam descritas as quantias exatas despendidas pelo arcebispo com as suas esmolas.

Conforme Honorato, D. Luís dava igualmente sinais da modéstia em que vivia. Dizia que seu palácio episcopal, “por ser dos pobres”, “era tudo nele pobreza” e que, ao sair em visita diocesana, o arcebispo tampouco se servia dos ricos leitos que os párocos se apressavam a preparar-lhe, preferindo continuar em tudo pobre⁸⁰. Fora dos discursos encomiásticos, o inventário dos bens de D. Luís corrobora a imagem de um religioso que não ostentava uma vida opulenta. Segundo João Alvarenga, ouvidor geral do cível, os bens pertencentes a mitra e a D. Luís constavam de “uns limitados pontificais e da prata conducente ao ministério arquiiepiscopal e de uma fraca livraria”⁸¹.

Sublinhamos que não há nada de atípico na prática esmoler do arcebispo da Bahia. “Ser pai e remediador dos pobres”, como salientaram inúmeros autores do período moderno, era a primeira atribuição de um bispo e, justamente por ser um atributo de tamanha importância, a faceta caridosa dos antístites era recorrentemente assinalada nos sermões de suas exéquias⁸². Tanto quanto o amor pelos pobres, a apologia da pobreza era igualmente um dos *leitmotives*, como ressaltou Paula Almeida Mendes, da literatura religiosa e de espiritualidade durante todo o período moderno⁸³, não sendo apanágio do sexto arcebispo da Bahia. Contudo, devemos frisar que a jacobea insistiu fortemente na prática da caridade para com os pobres e no despojamento de si. O que justifica ressaltarmos estes aspectos da ação de D. Luís Álvares de Figueiredo no

⁷⁸ MATOS, José Ferreira de – *Diário histórico das celebrações, que na cidade da Bahia se fizeram em acção de graças pelos felicíssimos casamentos dos Sereníssimos Senhores principaes de Portugal e Castela dedicado ao Illustríssimo Senhor Arcebispo da Bahia D. Luis Alveres de Figueyredo*. Lisboa Occidental: Na oficina de Manoel Fernandes da Costa, Impressor do Santo Ofício, 1729, p. 19.

⁷⁹ MENDES, Ediana Ferreira – *Da Universidade de Coimbra ao Brasil*, Ob.cit., p. 490.

⁸⁰ HONORATO, João – *Oração Funebre*, Ob.cit., p. 6.

⁸¹ AHU – *Documentos Avulsos da capitania da Bahia*. Carta do ouvidor geral do cível, João Alvarenga de Figueiredo Aranha ao rei [D. João V] sobre o inventário dos bens do falecido Arcebispo Luís Álvares de Figueiredo. [1735, Setembro, 06, Bahia]. AHU_ACL_CU_005, Cx. 52, D. 4559.

⁸² PAIVA, José Pedro – *O episcopado e a “assistência” em Portugal na Época Moderna (séculos XVI-XVII)*. In: ABREU, Laurinda (ed.) - *Igreja, caridade e assistência na Península Ibérica (séc. XVI-XVIII)*. Lisboa: Edições Colibri e CIDEHUS-UE, 2004, p. 167-196.

⁸³ MENDES, Paula Almeida – *A Pobreza e a Caridade como “virtudes heroicas” no Portugal da Época Moderna: textos e contextos*, « Revista Via Spiritus », n. 25 (2018), p.91. Disponível em <<https://ojs.letras.up.pt/index.php/vsp/article/view/6082/5726>>. [Consulta realizada em 10/12/2020].

arcebispado da Bahia.

Outro ponto nos permite refletir sobre a possível vinculação de D. Luís à jacobea: a prática e a recomendação da oração mental cotidiana. Como citado, segundo os jacobeus, essa prática era imprescindível para se alcançar a salvação. Esta oração, que consistia numa “prolongada e refletida elevação da mente para Deus”⁸⁴, teria um papel fundamental na renúncia e fuga do pecado e no amor das virtudes. Tendo um lugar de grande relevo nos regulamentos da comunidade jacobea, a oração mental deveria, igualmente, ser divulgada nos escritos, pregada nos púlpitos e inculcada nos confessionários⁸⁵.

Ora bem, no arcebispado da Bahia, D. Luís foi um entusiasta da oração mental, principalmente entre aqueles que concorriam para serem admitidos à ordem. O antístite exigia destes últimos o trato familiar com Deus, “e a nenhum ordenava, que por certidão jurada lhe não confessasse ser dado a este Santo Exercício”⁸⁶. Ainda no que diz respeito à oração mental, João Honorato chegou a comparar a ação do arcebispo da Bahia com aquela de São Francisco de Sales (1576-1622). Como esclarece Evergton Souza, este também pode ser considerado um ponto relevante quando se pretende investigar a filiação de um religioso à jacobea. Segundo este autor, as referências a São Francisco de Sales e à espiritualidade salesiana constam nos escritos de alguns proeminentes representantes da jacobea, tais como D. Miguel da Anunciação e D. Fr. Inácio de Santa Teresa. É possível constatar, por exemplo, a influência deste santo reformador na importância que os jacobeus atribuem ao diretor espiritual no processo de conversão dos penitentes a uma vida beata⁸⁷.

A direção espiritual e o sacramento da confissão eram faces de uma mesma moeda e se conjugavam na busca por uma vida devota. Sem um bom diretor espiritual (que era, muitas vezes, o próprio confessor), seria muito difícil prosseguir com segurança no caminho da perfeição espiritual. Conforme afirmavam os jacobeus, o bom diretor espiritual devia unir a face de juiz das faltas com aquela de médico e pai da alma⁸⁸.

A confissão era um ato de prestação de constas da consciência⁸⁹. Razão pela qual, na visão dos jacobeus, devia ser praticada com frequência. Não se tratava de se desembaraçar regularmente de seus pecados. Pelo contrário, a confissão

⁸⁴ SILVA, Fr. António Pereira – *A questão do sigilismo em Portugal no século XVIII*, Ob.cit., p. 127.

⁸⁵ Idem, p. 128-129.

⁸⁶ HONORATO, João – *Oração Funebre*, Ob.cit., p. 9-10.

⁸⁷ SOUZA, Evergton Sales – *Mística e moral no Portugal do século XVIII*, Ob.cit., p. 120-121.

⁸⁸ SILVA, Fr. António Pereira – *A questão do sigilismo em Portugal no século XVIII*, Ob.cit., p. 132-139.

⁸⁹ QUEIRÓS, Maria Helena – *Jacobea e redes clientelares*, Ob.cit., p. 89. Jean Delumeau, no seu estudo já clássico sobre a confissão e o perdão, nos permite compreender as outras múltiplas dimensões desse sacramento. Cf. DELUMEAU, Jean – *Laveu et le pardon. Les difficultés de la confession. XIIIe – XVIIIe siècle*. Paris: Fayard, 1990.

servia tanto para os perfeitos, de forma a manterem e cultivarem a sua perfeição, quanto para aqueles que buscavam uma conversão à vida espiritual. A confissão era alimento para o espírito e remédio para alma, e por isso mesmo devia ser administrada com cautela, dose por dose. Cabia ao confitente, antes de receber este remédio, arrepender-se profundamente, em ato de contrição, das ofensas cometidas contra Deus. O acento estava posto sobre o exame de consciência em busca da reorientação e emenda da vida daquele que buscava o confessionário. Significa isto dizer que, mais do que o arrependimento dos pecados em virtude do medo das condenações, o confitente devia se arrepender verdadeiramente de seus atos em virtude das ofensas que cometeu contra Deus, mas igualmente em virtude do amor que lhe tinha e da dor que causara ao ofendê-lo⁹⁰. D. Luís Álvares de Figueiredo, além de recomendar a confissão frequente, asseverou, nas duas cartas pastorais que publicou no ano de 1725, uma sobre a promulgação das indulgências e outra direcionada aos pregadores do evangelho, a necessidade, para todos, de um verdadeiro ato de contrição, via sem a qual não havia remissão dos pecados⁹¹. Em outra carta pastoral, da qual temos notícia pela oração de Honorato, o bispo teria proibido “a todos os confessores de admitirem à confissão no tempo da desobrigação anual [desobriga pascal] os que não soubessem a Doutrina Cristã⁹². Mais um indicativo do desvelo com que o arcebispo tratava esta matéria.

Há ainda de se ressaltar a preocupação de D. Luís com a pregação. Na pastoral destinada aos pregadores do evangelho, o prelado recomendava que estes explicassem a palavra de Deus com eficácia, para que as almas que os ouvissem de fato aproveitassem da pregação, e se encaminhassem para a exaltação da virtude, para a mortificação dos vícios, para a reforma dos costumes e para a detestação dos pecados. Desta maneira, os pregadores excitariam os povos à verdadeira devoção, à frequência nos Sacramentos e, finalmente, à salvação de suas almas.

Fazemos saber, que reconhecendo eu a elevada sorte, e por isso tanto mais perigosa, a que a misericórdia de Deus me chamou, carregando-me com o peso do regímen desta Diocese, formidável ainda a ombros Angélicos, e fazendo-me dispenseiro dos seus mistérios por aquele rigoroso preceito de pregar o Evangelho a toda a criatura, me pareceu dar princípio a este

⁹⁰ SOUZA, Everton Sales – *Mística e moral no Portugal do século XVIII*. Ob.cit., p.122-124.

⁹¹ ANTT – *Manuscritos da Livraria*, “Pastoral do arcebispo de São Salvador da Baía, Luís Álvares de Figueiredo, para os pregadores do evangelho” e “Pastoral do arcebispo de São Salvador da Baía, Luís Álvares de Figueiredo sobre a promulgação de Indulgências”. Lisboa Ocidental: Na oficina de Pascoal da Silva, 1725, n° 1099 (22) e 1099 (23).

⁹² HONORATO, João – *Oração Funebre*, Ob.cit., p. 9 – 11.

*Santo ministério convosco, que o exercitais, e sois nele meus Coadjuutores, e consortes: portanto vos admoesto, considereis atentamente, que sois sal, e que sois luz, luz para instruir, e alumiar diante, e sal para conservar sem corrupção o corpo místico da Igreja Católica, que são os seus Fiéis: adverti não desvieis a luz, nem pervertais a virtude do sal; porque vos sucederá, o que receava o Pregador das Gentes, que era fazer-se réprobo, quando pregava o caminho da salvação: enchei com a obra, o que pregais com a palavra[...].tende sempre diante dos olhos aquela Apostólica admoestação do Sumo Pontífice Inocência XI. Para que o sal, porque se entende a palavra de Deus, senão desvaneça por fúteis, e infrutuosas pregações, e se vicié por estultas eloquências, e seja pisado pelos homens [...]. Sejam as vossas ações e palavras consideradas, modestas, e dirigidas somente a utilizar, e edificar os povos, sem ostentação de eloquência, memória, descrições, e outras vãs aparências ações improprias de Pregadores sagrados: acautelai-vos de dizer palavras jocosas, e facetas, e de referir opiniões singulares, milagres falsos, e exemplos, que não forem histórias sagradas, ou das vidas dos Santos [...]; no modo de dizer sede claros, graves, pausados, modestos, e nunca irados: explicai a palavra de Deus puramente tirada dos Evangelhos aos ouvintes com toda a eficácia, para que aproveite a suas almas na exaltação da virtude, detestação dos vícios, e reformação dos costumes, e não de passagem, e perfuntóriamente, mas de propósito, e com argumentos tirados da Sagrada Escritura, e Santos Padres: excitai o povo à devoção, e frequência dos Sacramentos: encarregai aos pais de famílias a instrução, e educação de seus filhos no caminho da Salvação, ensinando-lhe per si mesmos os fundamentos da Doutrina Cristã, e bons costumes: e finalmente repreendei, abominai, e detestai severamente todos os pecados, e vícios, e maiormente aqueles, que mais permanecem nesta Região [...]*⁹³

D. Luís, além de vigiar a ação dos pregadores, exercitou a predicação com regularidade. Até 1733 já havia pregado “por cinquenta vezes, na Sé, na cidade, e noutras igrejas” que havia visitado e outras “inúmeras vezes, nas visitasões e em outras ocasiões”, além de fazê-lo através de “varões idôneos para o salutar

⁹³ ANTT – *Manuscritos da Livraria*, “Pastoral do arcebispo de São Salvador da Baía, Luís Álvares de Figueiredo, para os pregadores do evangelho”. Lisboa Ocidental: Na oficina de Pascoal da Silva, 1725, n° 1099 (22). As recomendações feitas por D. Luís na sua carta pastoral se encontram, igualmente, em grande parte das constituições diocesanas escritas após o concílio de Trento, no qual o exercício da predicação ficou estabelecido como uma das principais obrigações dos bispos. Cf. PAIVA, José Pedro – *Episcopado e pregação no Portugal moderno: formas de atuação e de vigilância*. « Revista Via Spiritus », n. 16 (2009), p. 15. Disponível em <<https://core.ac.uk/download/pdf/27181293.pdf>>. [Consulta realizada em 21/11/2020].

desempenho desta obrigação”⁹⁴. O zelo da jacobea para com a pregação do Evangelho era mais um dos pontos importantes de seu programa. Uma boa parte dos bispos jacobeu recorreu com frequência aos púlpitos para converter, doutrinar e persuadir os seus fiéis a seguirem o que acreditavam ser a “verdadeira vida cristã”. A importância da pregação entre estes antístites se verifica diversas vezes. D. Fr. José Fialho, bispo de Olinda entre 1725 e 1738, e arcebispo da Bahia entre 1738 e 1741, por considerar que a pregação do Evangelho ao povo era a principal missão de um bispo, exercitava tal tarefa com constância. D. Fr. Luís de Santa Teresa, seu sucessor na mitra pernambucana (1738-1754), tampouco se poupou a este trabalho, considerando que, por ser bispo em terra de conquista, devia atuar como um religioso da igreja militante, logo pregadora⁹⁵. Antes mesmo de assumir a mitra fluminense, D. Fr. António de Guadalupe já era um exímio pregador. Segundo Monsenhor Pizarro e Araújo as qualidades que este religioso demonstrara nos púlpitos estariam na base de sua nomeação pelo rei D. João V. Ainda que a afirmação de Pizarro não seja inteiramente verdadeira, o importante para nós é salientar que o exercício da pregação teve lugar de destaque na ação dos religiosos jacobeu⁹⁶. A atuação episcopal de D. Fr. Manuel da Cruz no bispado do Maranhão (1739-1747), assim como de D. Fr. Inácio de Santa Teresa em Goa (1721-1740) e de D. Miguel da Anunciação em Coimbra (1740-1779), corroboram a nossa argumentação e apontam, uma vez mais, para a grande relevância que a pregação tinha para a consecução do objetivo dos jacobeu de reforma da vida religiosa e dos costumes dos cristãos católicos⁹⁷.

Reformar a vida, reformar os costumes. D. Luís Álvares de Figueiredo incorporou e perseguiu estes dois objetivos durante o período de seu governo episcopal. No que diz respeito ao clero secular, D. Luís afirmava empenhar-se, através das visitas pastorais, para que os párocos administrassem “de modo apropriado o sacramento à população”. De igual modo, afirmava cuidar atenciosamente para que, em suas paróquias, estes religiosos ensinassem “pelo menos aos domingos e dias santos, às crianças, e aos demais que carecem desta ajuda, os rudimentos da fé e a obediência a Deus e aos pais, assim como igualmente em que cumpram esta obrigação os capelães rurais e os senhores

⁹⁴ AAV, *Congregazione Concilio, Relationes Dioecesium*, vol. 712, fls. não numerados.

⁹⁵ PAIVA, José Pedro – Reforma religiosa, conflito, mudança política e cisão, Ob.cit., p.179.

⁹⁶ SOUZA, Everton Sales – D. Fr. Antônio de Guadalupe, Ob.cit., p. 142.

⁹⁷ Cf. ALVES, Ana Maria M. R. – *O reino de Deus e a sua justiça: Dom Frei Inácio de Santa Teresa (1682- 1751)*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2012. Tese de doutoramento; SOARES, Kate Dayane A – *O governo episcopal de Dom Frei Manuel da Cruz no bispado do Maranhão (1739-1747)*. Niterói : Universidade Federal Fluminense, 2016. Dissertação de Mestrado; PAIVA, José Pedro – *Episcopado e pregação no Portugal moderno*, Ob.cit., p. 28-29. Nas palavras deste último autor, “[...]durante a primeira metade do século XVIII, alguns bispos ligados à corrente de renovação conhecida por jacobea revigoraram o zelo da pregação”.

de escravos”. Agradecendo à bondade divina, o arcebispo afiançava que este seu zelo já havia rendido “frutuosos progressos em todas as paróquias” do seu arcebispado. No relatório *ad limina* que enviou a Roma em 1733, D. Luís dava conta, igualmente, do alto grau de exigência com que se inquiria, em seu tempo, àqueles que receberiam a prima tonsura e ordens menores. E mais, afirmava que, nas igrejas da cidade, realizavam-se, uma vez a cada mês, conferências de teologia moral ou casos de consciência e de santos ritos, às quais estavam obrigados a assistir todos os clérigos da paróquia. Ainda que reconhecesse os bons resultados dessas ações, o rigor de D. Luís o fazia “desejar que fossem melhores os costumes do clero secular”, pois, em geral, “não se mostravam exemplares nem justificados, em consonância com o que preceituam os sagrados cânones e o Concílio” e necessitavam muito dos seus esforços para se emendarem⁹⁸.

Não obstante, o arcebispo apresentava maior descontentamento com o clero regular. Boa parte da sua *relatio ad sacra limina* foi dedicada à denúncia do mau comportamento destes religiosos e às emendas que D. Luís acreditava serem necessárias para o bom funcionamento de suas ordens. Lamentava, primeiramente, o fato de as vinte e quatro missões, nas quais os regulares exerciam cura de almas, não estarem sujeitas à jurisdição, visitação e correção do arcebispo “naquelas coisas que dizem respeito ao cuidado e administração dos sacramentos”. Causava-lhe imenso descontentamento constatar a presença de “muitos regulares” que, vivendo fora de seus mosteiros sem a autorização de seus superiores, “vagueavam como desertores de suas regras”. Com a exceção dos padres da Companhia de Jesus, D. Luís ressentia-se dos regulares que na pregação da palavra de Deus procuravam “não o que é de Cristo, mas os seus interesses próprios”, desrespeitando o disposto nas suas cartas pastorais, mesmo sob pena de suspensão do cargo. No que dizia respeito às ordens que mantinham escravos para o cultivo e exploração dos seus engenhos de açúcar, ou de suas granjas, o arcebispo queixava-se do “pernicioso abuso” em que incorriam os regulares ao isentarem inteiramente os seus “inúmeros escravos” da jurisdição paroquial e, também, de sua “visitação e correção”⁹⁹.

A estas acusações o arcebispo juntava outras igualmente graves. Segundo ele, os regulares o impediam de realizar visitas às capelas públicas dos engenhos e granjas pertencentes às corporações religiosas; celebravam o matrimônio e o batismo dos escravizados nas igrejas dos conventos sem que tivessem fundamentação jurídica para isto; expunham o santíssimo sacramento da Eucaristia nas suas igrejas sem motivo público e sem autorização e licença do antístite; benziam paramentos das igrejas que a eles não se encontravam sujeitas;

⁹⁸ AAV, *Congregazione Concilio, Relationes Dioecesium*, vol. 712, fls. não numerados.

⁹⁹ Idem.

falavam com as religiosas sempre que queriam, sem a autorização da Sagrada Congregação e sem a autorização do arcebispo; não respeitavam o número de religiosos permitidos nos conventos de acordo com as constituições do arcebispado e com as disposições tridentinas. Por fim, a “ostentosa riqueza” dos regulares de São Francisco era particularmente desagradável aos olhos de D. Luís. Assim como o bispo de Pernambuco, o jacobeu D. Fr. Luís de Santa Teresa¹⁰⁰, o antístite da Bahia se incomodava com o fato destes regulares não respeitarem “a moderação prescrita pela sua regra e estatuto”, possuindo igrejas com “torres duplas e inúmeros sinos”, construídas graças aos estipêndios cobrados na reza das missas e na celebração pública dos ofícios de defuntos, mas, igualmente, através das esmolas que recebiam e pelas quais “incessantemente” vagueavam, “através desta vastíssima diocese”, “demorando-se por vários anos” fora dos seus conventos¹⁰¹. Diferente do que se passava com os conventos masculinos, as religiosas que residiam no mosteiro de Santa Clara, único mosteiro de mulheres no arcebispado, seguiam e observavam, segundo o arcebispo, “a regra estabelecida para a sua congregação pelo santíssimo papa Urbano IV e os estatutos a elas dados” por ele e pelos seus antecessores, não existindo, portanto, motivo para maiores lamentações. Conclusão que não condiz com a má fama gozada pelas clarissas na arquidiocese da Bahia¹⁰².

Do que foi dito nestas linhas, fica evidente a preocupação do bispo com a preservação da sua jurisdição, e com a exaltação da figura episcopal nos moldes tridentinos, mas igualmente o grande cuidado com que buscava examinar a vida e vigiar os costumes dos religiosos.

Cabe, neste momento, recolocarmos, à guisa de conclusão, a questão central deste artigo: D. Luís Álvares de Figueiredo foi um arcebispo jacobeu?

Conclusão

D. Luís Álvares de Figueiredo não se autodeclarou um jacobeu. Porém, muitos religiosos adeptos ou simpatizantes deste movimento tampouco o fizeram. Ao longo deste artigo, nós demonstramos que D. Luís esteve muito próximo a nomes importantes do movimento da jacobéia. Ele foi feito arcebispo em um período em que a maioria dos sujeitos nomeados às mitras diocesanas eram prosélitos do movimento jacobeu, integrando, portanto, a rede muito densa e de proporções imperiais, composta por antístites envolvidos com ou simpáticos a jacobéia. Mais do que isso, D. Luís integrou na sua prática todos

¹⁰⁰ PAIVA, José Pedro – *Reforma religiosa*, Ob.cit., p. 186.

¹⁰¹ AAV, *Congregazione Concilio, Relationes Dioecesium*, vol. 712, fls. não numerados.

¹⁰² MENDES, Ediana Ferreira – *Da Universidade de Coimbra ao Brasil*, Ob.cit., p. 504.

os exercícios considerados fundamentais na jacobea. Sua ação episcopal foi em tudo semelhante à de outros prelados jacobeus atuantes neste período. Assim como os seus congêneres, em sintonia com as normas e decretos do concílio tridentino, cumpriu com assiduidade a obrigação das visitas e pregou a palavra de Deus com frequência. Foi também resoluto na busca pela reforma da vida e dos costumes de religiosos e leigos e na adoção de um estilo de vida austero. Podemos, portanto, concluir, embora de forma não resolutamente taxativa, pelo pertencimento de D. Luís Álvares de Figueiredo ao movimento da jacobea. Inclusive porque não restam dúvidas de que este religioso moveu-se por uma pauta rigorista, em tudo análoga à deste movimento.

A dificuldade, porém, em afirmar peremptoriamente a adesão do arcebispo da Bahia à jacobea, permite-nos encerrar este artigo alargando a nossa reflexão para uma questão de tipo mais metodológico: como definir, para o período moderno, que uma determinada figura histórica pertenceu a um movimento, seja ele político, religioso ou cultural?

Artigo recebido em 11/04/2020

Artigo aceite para publicação em 20/11/2020